

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

### OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodificil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

# 15º SIMULADO – INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Ética

Glauber Soares

Considerando o disposto nos Decretos n. 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal) e n. 6.029/2007 (Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal), julgue os itens.

- 1 Consta como dever do(a) servidor(a) ser probo(a), demonstrando integridade de caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para a Administração Pública.
- 2 É dever do(a) servidor(a) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público, sem necessariamente considerar as limitações, capacidades individuais de usuários(as) dos serviços públicos.
- 3 João é servidor do INSS e conhece a existência de uma Comissão de Ética na instituição. Para além disso, identificou a constituição de uma Secretaria Executiva vinculada à mencionada Comissão. Diante disso, é correto ele afirmar que a Secretaria-Executiva é vinculada administrativamente ao Órgão de Gestão de Pessoas do INSS e tem por finalidade auxiliar a Comissão a cumprir o plano de trabalho e a prover o apoio técnico e material a seus membros.

### Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 4 A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- 5 É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- 6 São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- 7 Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos nesta Constituição.
- 8 São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- 9 Lei ordinária estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

- 10 A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

### Direito Administrativo

Raphael Spyere

A respeito da teoria jurídica do controle a que se curva a Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 11 Considera-se exemplo de controle parlamentar a apreciação pelo Senado de recurso administrativo demandado em desfavor de decisão exarado por órgão do Executivo.
- 12 Ao sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, o Congresso Nacional exerce controle político de legalidade.
- 13 É inconstitucional a lei estadual que impõe ao cidadão realizar depósito equivalente a um salário mínimo como condição de admissibilidade de recurso administrativo interposto contra decisão de Secretaria de Estado.

Sobre as disposições contidas na Lei n. 9.784/1999 – Lei Geral de Processos Administrativos Federais, julgue.

- 14 A representação advocatícia imposta por lei aos interessados em processos administrativos está em harmonia com os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 15 A interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, ainda que retroativamente, é um critério a ser observado nos processos administrativos.
- 16 A impulsão oficial do processo administrativo é decorrente do princípio da oficialidade.
- 17 Por força do princípio da gratuidade, é proibido exigir o pagamento de despesas processuais nos processos administrativos.

## Gramática Texto

Eliane Fontana

## TEXTO I

1 Hoje marcamos o Dia Nacional de Conscientização sobre as mudanças climáticas, uma luta que pertence a todos nós, sem nenhuma exceção!

5 Estamos percebendo em nosso dia a dia os reflexos dessas mudanças, com eventos extremos ocorrendo com maior frequência, trazendo mortes, destruição, prejuízos e impactos em nossas vidas.

Os maiores responsáveis pelas mudanças climáticas são os gases de efeito estufa, emitidos principalmente em decorrência da queima de combustíveis fósseis e o desmatamento.

10 Somos todos responsáveis para reverter esse cenário, e, para isso, devemos adotar práticas mais sustentáveis como hábito de vida, como uso de energia limpa, consumo de produtos e serviços de empresas que se preocupam e estejam agindo de forma sustentável, protegendo nossas florestas nativas e multiplicando essas ações

15 como influenciadores e formadores de opinião.

Faça sua parte, adote práticas sustentáveis e nos ajude a preservar a biodiversidade das nossas florestas, evitando emissões de gases de efeito estufa e combatendo na prática as mudanças climáticas.

<https://www.savecerrado.org/dia-nacional-da-conscientizacao-das-mudancas-climaticas/>  
Com adaptações.

Leia o texto I para responder aos itens 18 a 22.

- 18 A linguagem empregada no último parágrafo comprova que o gênero textual é um anúncio, pois o autor recorre à função apelativa a fim de persuadir o leitor.
- 19 Infere-se das ideias do texto que há responsabilidade dos cidadãos em relação às mudanças climáticas vistas na atualidade.
- 20 No parágrafo 1, verifica-se um desvio na norma gramatical.
- 21 No texto não há evidência de termos subjetivos, por se tratar de texto que segue o padrão formal da língua portuguesa.
- 22 Na expressão “Faça sua parte”, último parágrafo, o sujeito gramatical da forma verbal é inexistente.

## TEXTO II

1 Eu não vou perturbar a paz  
De tarde um homem tem esperanças.  
Está sozinho, possui um banco.  
De tarde um homem sorri.

5 Se eu me sentasse a seu lado  
Saberia de seus mistérios  
Ouviria até sua respiração leve.  
Se eu me sentasse a seu lado  
Descobriria o sinistro

10 Ou doce alento de vida  
Que move suas pernas e braços.  
Mas, ah! eu não vou perturbar a paz que ele depôs na praça, quieto.

Manoel de Barros, Poesia Completa.

<https://www.contioutra.com/eu-nao-vou-perturbar-a-paz-um-singelo-poema-de-manoel-de-barros/>

De acordo com o texto II, responda aos itens 23 a 27.

- 23 Infere-se das ideias do texto que, ao dizer “Se eu me sentasse ao seu lado”, verso 4, o homem deseja aproximar-se de alguém com o objetivo de conhecê-lo melhor.
- 24 O desenvolvimento das ideias do texto mostra que não existe a intenção de perturbar o sossego de daquele que descansa.
- 25 O autor utilizou, em todos os versos, verbos que reiteram a ideia de certeza de ação, para justificar que a paz desejada seria respeitada.
- 26 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se empregar uma vírgula logo após a expressão “De tarde”, versos 1 e 3.
- 27 A organização dos versos 4 e 7 permite subentender que o sentido disposto, por meio da partícula “Se”, é meramente de realce.

## TEXTO III



<https://www.google.com/search?>

Conforme o texto III, responda aos itens 28 a 32.

- 28 O uso da forma escrita no texto é um recurso utilizado para destacar a hierarquia das linguagens empregadas.
- 29 Para que seja respeitado o padrão culto da linguagem, característica de textos multimodais, o texto deve ser reescrito sem a presença da imagem.
- 30 No contexto, os termos “UMA” e “UM” conferem o valor de indefinição.

- 31 De acordo com as ideias do texto, o termo “SORRISOS” representa as pessoas que serão beneficiadas pela doação na campanha lançada.
- 32 Caso o verbo “PODE” seja substituído pela forma verbal no futuro “PODERÁ”, não prejudicará a relação semântica estabelecida no texto.

## Redação Oficial

Fidelis Almeida

Considerando-se os padrões para a redação de textos oficiais contidos no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue os itens subsequentes.

- 33 Caso um documento oficial seja emitido no Paraná, Curitiba, uma forma adequada de indicação do local e data de expedição é a seguinte: Paraná, 18 de julho de 2028.
- 34 A linguagem técnica é atributo obrigatório da redação oficial.
- 35 O assunto traz uma ideia geral do que se trata no documento e é localizado à margem direita da página.
- 36 Nos documentos oficiais, emprega-se o fecho “Respeitosamente” para autoridades de hierarquia inferior à do remetente.
- 37 O documento no padrão ofício deve trazer o cabeçalho apenas à primeira página.

## Raciocínio Lógico

Marcelo Leite

Em fevereiro, 336 servidores estavam lotados em certa repartição pública, e que, dentre esses, todos tinham pelo menos um curso de especialização. Sabe-se que 120 tinham curso de especialização em análise contábil, 100 tinham curso de especialização em perícia em documentos e os 150 últimos servidores tinham outras especializações.

Sabe-se ainda que o chefe dessa repartição cita que:

P: Se novos servidores tomarem posse no próximo mês, então o cidadão terá atendimento exímio.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir:

- 38 Caso a proposição “Novos servidores tomarão posse no próximo mês” for falsa, então a afirmação P será obrigatoriamente verdadeira, independentemente da proposição “O cidadão terá atendimento exímio”.
- 39 A negação da afirmação P é dada por “Se novos servidores tomarem posse no próximo mês, então o cidadão não terá atendimento exímio”.

- 40 A proposição P é equivalente a “Se novos servidores não tomarem posse no próximo mês, então o cidadão não terá atendimento exímio”.
- 41 Caso a citada quantidade de servidores na referida repartição pública correspondesse a 20% a mais do que havia no mês anterior. Assim, a quantidade de servidores que estavam lotados em janeiro, do mesmo ano, era inferior a 282.
- 42 A quantidade de servidores citados que tinham tanto curso de especialização em análise contábil como em perícia em documento é igual a 34.

## Informática

Fabrizio Melo

Sobre conhecimentos relacionados ao Windows 11, configuração padrão, idioma português (Brasil), julgue o item abaixo:

- 43 No Windows 11, por meio do uso do recurso Snap Layout, é possível redimensionar as janelas dos aplicativos em execução através do posicionamento do cursor do mouse sobre o botão MAXIMIZAR de uma janela e escolher uma opção das disposições das janelas.

Sobre conceitos de Internet, Intranet e ferramentas de navegação e correio eletrônico, julgue o próximo item.

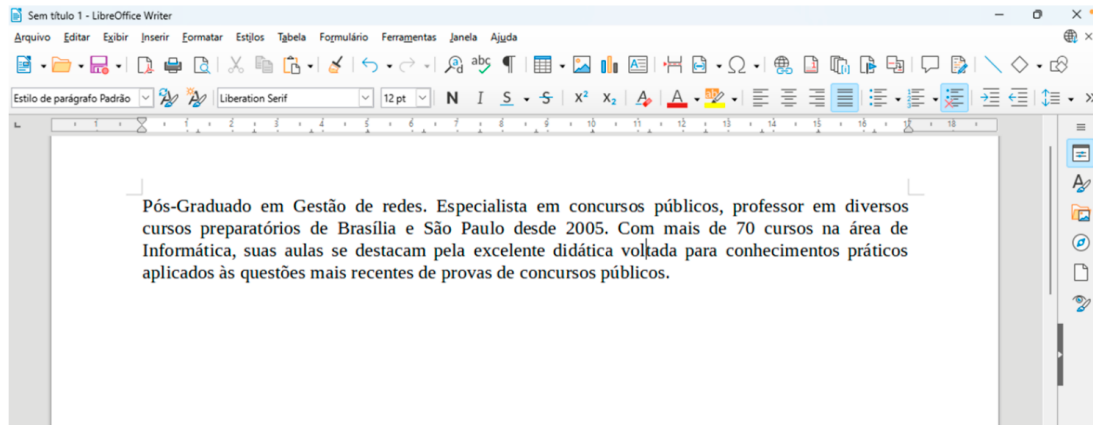
- 44 No Google Chrome, ao utilizar o modo de navegação VISITANTE, o usuário ficará impossibilitado de acessar algumas configurações desse navegador além de ter a sua atividade de navegação excluída do computador.

Sobre conhecimentos relacionados à Segurança da Informação, julgue o próximo item.

- 45 O Phishing é o ato pelo qual uma pessoa tenta se passar por outra, atribuindo-se uma falsa identidade, com o objetivo de obter vantagens indevidas. Alguns casos podem ser considerados como crime contra a fé pública, tipificados como falsa identidade.

- 46 No Excel 365, por meio da fórmula CONCAT, é possível combinar duas células que contenham textos em apenas uma. Como no exemplo: É inserida na célula A3 a fórmula =CONCAT(A1; “ ”;A2) onde A1 contém o termo “CONCURSO” e A2 o termo “INSS”. Na célula A3 será retornado: CONCURSO INSS.

47 No LibreOffice Writer 7, em um texto em edição, como na figura:



Ao efetuar três cliques com o botão esquerdo do mouse sobre a palavra “voltada”, localizada na terceira linha, será selecionado o último período do parágrafo.

## Regimento Jurídico Único

### Sérgio Gaúcho

- 48 De acordo com a Lei n. 8.112/1990, a readaptação é a forma de provimento pela qual o servidor aposentado poderá retornar à atividade por insubsistência dos motivos que levaram à aposentadoria por invalidez, ou no interesse da administração, desde que atendidos os requisitos legais.
- 49 De acordo com a Lei n. 8.112/1990, só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
- 50 De acordo com a Lei n. 8.112/1990, o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos a contar da posse.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Seguridade Social (Direito Previdenciário)

Fernando Maciel

- 51** Conforme dispõe a Lei n. 8.213/1991, constitui finalidade da Previdência Social assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção por motivo de desemprego involuntário.
- 52** Júlio Antunes, segurado empregado da empresa Fórum Produções Ltda., ficou afastado por 4 anos recebendo o benefício de auxílio por incapacidade temporária. Ao recuperar a capacidade de trabalho, o seu benefício foi cessado, porém Júlio não pode retornar ao seu emprego, pois sua empresa havia encerrado suas atividades por motivos de falência. Nesse caso, Júlio terá direito a receber o respectivo benefício pelo prazo de 4 meses.
- 53** O segurado que estiver recebendo auxílio por incapacidade temporária e for preso em regime fechado terá o benefício cancelado pelo prazo de 60 dias, mas na hipótese de a prisão ser declarada ilegal, fará jus a recebê-lo por todo o período devido.
- 54** Para o segurado filiado à Previdência Social até julho de 1994, no cálculo do salário de benefício das aposentadorias, exceto a aposentadoria por incapacidade permanente, o divisor considerado no cálculo da média dos salários de contribuição não poderá ser inferior a 108 meses.
- 55** O exercício de atividade econômica sem fins lucrativos não enseja a filiação ao RGPS na condição de segurado obrigatório, mas sim facultativo.
- 56** No que tange ao instituto da contagem recíproca, o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de 0,5% ao mês, capitalizados anualmente, e multa de 10%.
- 57** Fernando Maciel é servidor público federal, vinculado ao RPPS da União desde o ano de 2006. Ao se aventurar na vida política e, sendo eleito para o cargo de prefeito municipal, Fernando estará vinculado ao RGPS durante o período de seu mandato eletivo, na condição de segurado obrigatório.
- 58** Na hipótese de um segurado aposentado do RGPS vir a falecer e deixar como dependentes previdenciários sua atual companheira e sua ex-mulher, a quem vinha pagando alimentos temporários fixados judicialmente no valor de 30% de sua aposentadoria, o benefício de pensão por morte a ser concedido deverá observar o percentual fixado a título de prestação alimentícia, de modo que a companheira receberá 70% da pensão, cabendo os outros 30% à ex-mulher.
- 59** Em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de apropriação indébita previdenciária, a adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários enseja a suspensão da pretensão punitiva estatal, até a quitação integral do débito, quando extinta a punibilidade.
- 60** O servidor do INSS que, objetivando a concessão indevida de um benefício previdenciário a terceira pessoa, inserir dados falsos no Cadastro Nacional de Informação Sociais – CNIS incorrerá na conduta de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
- 61** William Beveridge possui 44 anos de idade e é segurado do RGPS na condição de empregado há 12 meses. Willian é casado com Mirian Beveridge há 4 anos. Na hipótese de o referido segurado vir a falecer, vítima de acidente de trânsito, a viúva fará jus ao recebimento da pensão por apenas 4 meses, pois a concessão do benefício pelo prazo proporcional à idade do pensionista se dá apenas nos casos de acidentes do trabalho.
- 62** No que tange à evolução histórica dos sistemas de proteção social, até a “Lei dos Pobres” (*Poor Relief Act*, 1601, Inglaterra) a proteção aos necessitados era exercida no âmbito familiar ou comunitário, fase denominada de Assistência Pública.
- 63** As empresas que apresentam elevadas estatísticas de acidentes e doenças ocupacionais recebem uma majoração na sua alíquota destinada ao Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT, fruto da multiplicação pelo Fator Acidentário de Prevenção – FAP. O fundamento constitucional para essa majoração tributária se encontra no princípio da seletividade previsto no art. 194, parágrafo único, III, da CF/88.
- 64** Quando determinada circunstância fática não estiver contemplada em alguma previsão normativa, caberá ao aplicador da norma promover a sua integração por meio da analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.
- 65** Flávio Guimarães formou-se em medicina no ano de 2020, tendo iniciado o desempenho de suas atividades profissionais no ano seguinte. No período da manhã, Dr. Flávio trabalha para um hospital privado na condição de empregado, oportunidade em que promove recolhimentos previdenciários pelo limite máximo de contribuição social (Teto do RGPS). No período da tarde, o Dr. Flávio atende em seu consultório particular. Considerando que pelo emprego exercido no período da manhã o Dr. Flávio já recolhe pelo “Teto do RGPS”, é correto afirmar que estará dispensado de proceder a sua filiação previdenciária pela atividade autônoma exercida no período da tarde.
- 66** Atendido os demais requisitos, o exercício da atividade de seringueiro ou extrativista vegetal acarreta o enquadramento previdenciário na condição de segurado especial.
- 67** Salvo quando coberto por regime próprio de previdência social, o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, será considerado contribuinte individual do RGPS.
- 68** O estivador, que é aquele que exerce a atividade de movimentação de mercadorias nas instalações dentro do porto, compreendidos o recebimento, a conferência, o transporte interno, será considerado trabalhador avulso.

- 69** O fato de uma pessoa não residir no município em que exerce sua atividade rural não descaracteriza a sua condição de segurado especial, podendo morar em aglomerados urbano ou rural localizados próximo ao local onde desempenha sua atividade rurícola.
- 70** A colação de grau em conclusão de curso superior antes dos 21 anos de idade é considerada pela legislação pátria como uma hipótese de emancipação previdenciária, o que exclui a condição de dependente do filho e do irmão de um segurado do RGPS.
- 71** O período em que a segurada tenha recebido o benefício de salário-maternidade é considerado como tempo de contribuição para o RGPS.
- 72** O segurado que estiver acometido de doença de segregação compulsória manterá a qualidade de segurado por até 12 meses após cessar a segregação, mas na hipótese de possuir mais de 120 contribuições ao RGPS, terá prorrogado o seu período de graça em mais 12 meses.
- 73** Benefícios ou serviços nas áreas de saúde, assistência ou previdência não poderão ser criados, majorados ou estendidos sem a indicação prévia de sua fonte de custeio.
- 74** A contribuição devida pela agroindústria, definida como sendo o produtor rural pessoa jurídica cuja atividade econômica seja a industrialização de produção própria ou de produção própria e adquirida de terceiros, incidirá sobre o valor da receita bruta proveniente de sua produção comercializada, observando a alíquota de 1,2%, acrescida de 0,1% a título de Seguro de Acidente do Trabalho – SAT.
- 75** O limite mínimo do salário de contribuição corresponde ao piso salarial, legal ou normativo, da categoria ou, inexistindo este, ao salário mínimo, tomado no seu valor mensal, diário ou horário, conforme o ajustado e o tempo de trabalho efetivo durante o mês.
- 76** Salário de benefício é o valor básico utilizado para o cálculo da renda mensal dos benefícios de prestação continuada, inclusive aqueles regidos por normas especiais, exceto o salário-família, o auxílio-reclusão, o auxílio-acidente, dentre outros.
- 77** Período de carência é o tempo correspondente ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas as competências cujo salário de contribuição seja igual ou superior ao seu limite mínimo mensal.
- 78** Não apenas trabalhadores rurais, mas também pescadores artesanais poderão estar filiados ao RGPS na condição de segurado especial. Para que isso aconteça é necessário que o pescador não utilize qualquer embarcação.
- 79** O cooperado de cooperativa de produção que, nesta condição, presta serviço à sociedade cooperativa mediante remuneração ajustada ao trabalho executado, terá o enquadramento previdenciário na modalidade de contribuinte individual.
- 80** Salvo disposição em sentido contrário, a lei previdenciária começa a vigorar em todo o país 30 dias após oficialmente publicada.
- 81** A previdência complementar facultativa, a ser custeada por contribuições adicionais, constitui um dos princípios básicos da Previdência Social.
- 82** A década de 1920 foi marcada no Brasil pelo surgimento do Seguro Social, inicialmente destinado a uma específica categoria econômica, sendo posteriormente ampliada para demais segmentos empresariais.
- 83** O princípio (objetivo) da Seguridade Social da diversidade da base de financiamento reforça o caráter contributivo da Previdência Social.
- 84** Segurados facultativos e empregados domésticos poderão se filiar ao RGPS a partir dos 16 anos de idade.
- 85** Para fins previdenciários, é válido o vínculo empregatício mantido entre cônjuges/companheiros, como por exemplo na hipótese de a mulher contratar o seu marido na condição de empregado doméstico.
- 86** Durante os meses de novembro a abril, período de cruzeiros turísticos no litoral brasileiro, Hélio Mendes trabalha no setor portuário de Santos, auxiliando no carregamento de bagagens de passageiros, o que faz por intermediação do OGMO. Em tal hipótese, o enquadramento previdenciário de Hélio se dará na modalidade de trabalhador avulso.
- 87** Bento Salvador é um pequeno produtor rural que desenvolve uma agricultura de subsistência com o auxílio de sua família. Essa atividade é exercida numa pequena propriedade rural de 3 módulos fiscais. Todos trabalham exaustivamente durante o período do dia. Para completar a renda familiar, nos últimos 2 anos, no período da noite, de segunda à sexta, Bento vem trabalhando como vigia de um supermercado, tendo o seu vínculo reconhecido mediante a assinatura de sua CTPS. Considerando o desempenho concomitante dessas atividades, além do seu enquadramento previdenciário como segurado empregado pela atividade exercida no período noturno, Bento manterá a sua qualidade de segurado especial pela atividade rural desempenhada durante o dia.
- 88** De acordo com a legislação previdenciária, ao completar 21 anos de idade os filhos perdem a condição de dependentes. Porém, se após essa idade, e antes do óbito do segurado, o filho contrair alguma invalidez ou deficiência mental, intelectual ou grave, será possível a reaquisição do vínculo de dependência previdenciária.
- 89** O exercício de atividade prestada de forma gratuita e o serviço voluntário nos termos da Lei n. 9.608/1998 não configuram hipóteses de segurados obrigatórios do RGPS.
- 90** O reconhecimento da perda da qualidade de segurado ocorrerá no dia seguinte ao do vencimento da contribuição do contribuinte individual relativa ao mês imediatamente posterior ao término do período de graça.
- 91** Do valor total dos bens expropriados com origem no tráfico de drogas, 40% deste montante constituirá receita da Seguridade Social.



- 92** De acordo com o entendimento jurisprudencial do STF, não incide contribuição social sobre o valor a título de terço constitucional de férias, porquanto a natureza jurídica dessa verba é eminentemente indenizatória.
- 93** Quando a admissão, a dispensa, o afastamento ou a falta do empregado ocorrer no curso do mês, o salário de contribuição será proporcional ao número de dias de trabalho efetivo, na forma estabelecida em regulamento.
- 94** Para fins de cálculo do salário de benefício, poderão ser excluídas da média as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade, exceto para a averbação em outro regime previdenciário.
- 95** Conforme o entendimento jurisprudencial do STF, o período no qual o segurado esteve em gozo do benefício de auxílio-doença, desde que intercalado com atividade laborativa, será considerado para fins de carência previdenciária.
- 96** A participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis constitui um dos princípios da assistência social.
- 97** Carlos Santiago é um advogado trabalhista que, na condição de contribuinte individual, encontra-se filiado ao RGPS há mais de 15 anos. No dia 17 de fevereiro de 2022, Carlos foi vítima de grave acidente de trânsito, ocorrido numa viagem de lazer, causando-lhe incapacidade total e permanente para o exercício de suas atividades habituais. Considerando a origem acidentária de sua incapacidade, é correto afirmar que a aposentadoria a ser concedida a Carlos não exigirá período mínimo de contribuições mensais (carência), bem como terá renda mensal calculada com base em 100% da média aritmética de todos os salários de contribuição a contar de 07/94.
- 98** A aposentadoria por idade híbrida será concedida aos trabalhadores rurais que, além de preencher o implemento dos demais requisitos, atendam ao limite etário mínimo de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres.
- 99** As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, bem como por entidades sem fins lucrativos de assistência social.
- 100** A partir do entendimento jurisprudencial do STF, o segurado que esteja recebendo uma aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos, poderá continuar recebendo o referido benefício se retornar para o exercício de atividade nociva distinta daquela que ensejou a sua aposentação.
- 101** No que tange ao benefício de aposentadoria especial por tempo de contribuição da pessoa com deficiência, é correto afirmar que todas as modalidades de segurados fazem jus a essa prestação social, porém no caso dos segurados especiais, além da contribuição sobre o resultado da produção comercializada, é necessário que contribuam facultativamente para o RGPS.
- 102** O segurado que estiver recebendo o auxílio por incapacidade temporária terá o seu benefício suspenso pelo prazo de 60 dias na hipótese de ser preso em regime fechado ou semiaberto.
- 103** A Política Nacional de Assistência Social será aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, a quem compete normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social.
- 104** Jonas Salvador exerce a atividade de encanador e atua de forma autônoma prestando serviços a diversos contratantes, dentre eles pessoas físicas e jurídicas. Ao proceder à manutenção de um equipamento hidráulico, Jonas teve sua mão direita esmagada, acarretando-lhe a perda dos movimentos de seu dedo mínimo. Em tal situação, a lesão sofrida por Jonas configura uma incapacidade parcial e permanente (sequela) para o exercício de suas atividades habituais, apta a lhe ensejar o direito ao benefício de auxílio-acidente.
- 105** Na hipótese de um segurado empregado possuir dois vínculos concomitantes (dois empregos), para fins de recebimento do benefício de salário-família, o enquadramento na condição de baixa renda pressupõe a soma de suas duas remunerações.
- 106** Para fins de elegibilidade ao BPC-LOAS, a pessoa com deficiência ou idosa com 65 anos ou mais deve integrar núcleo familiar cuja renda per capita seja inferior a 1/4 do salário-mínimo.
- 107** Na hipótese de adotar ou de obter a guarda judicial para fins de adoção de um casal de gêmeos, o que certamente acarretará uma despesa familiar mais expressiva, o(a) segurado(a) do RGPS fará jus a receber dois benefícios de salário-maternidade.
- 108** Ajuizada a ação judicial para reconhecimento da condição de dependente, este poderá requerer a sua habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da respectiva ação, ressalvada a existência de decisão judicial em contrário.
- 109** O Auxílio-Inclusão constitui um benefício assistencial destinado à pessoa com deficiência moderada ou grave, que tenha inscrição regular no CPF e inscrição atualizada no CadÚnico, que receba ou tenha recebido BPC-LOAS, passando a exercer alguma atividade remunerada que o qualifique como segurado obrigatório do RGPS ou filiado a RPPS, cuja remuneração não pode superar 2 salários-mínimos mensais.
- 110** O pagamento do auxílio-inclusão não será acumulado com o BPC-LOAS nem com benefícios previdenciários, podendo ser recebido cumulativamente com o seguro-desemprego.

## Seguridade Social (LOAS)

Ravan Leão

Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social, julgue os itens que se seguem.

**111** Dentre outros é objetivo do SUAS consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos.

**112** A vinculação à PNAS é o reconhecimento pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

**113** Compete ao SUAS aprovar a PNAS, assim como convocar, ordinariamente, a cada dois anos, a conferência nacional de seguridade social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

Acerca da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), julgue os itens que se seguem.

**114** A beneficência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Assistência Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

**115** A vigilância socioassistencial visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social, no que tange ao BPC, julgue o item que se segue.

**116** Dentre os princípios da assistência social, consta a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas pública.

Julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

**117** Os recursos do cofinanciamento do SUAS, destinados à execução das ações continuadas de assistência social, poderão ser aplicados no pagamento dos profissionais que integrem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo CNAS.

Nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, julgue o item que se segue.

**118** Compete ao Estado estimular e apoiar técnica e financeiramente às associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.

Acerca da entidades e organizações de Assistência Social, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social, julgue o item que se segue.

**119** São instâncias consultivas do MDS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil: o Conselho Nacional de Assistência Social; os Conselhos Estaduais de Assistência Social; o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; os Conselhos Municipais de Assistência Social.

Acerca da Lei Orgânica da Assistência Social, julgue o item que se segue.

**120** Para o recebimento do BPC, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.



SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	E	E	E	C	C	C	E	C	E	C	E	C	C	E	E	C	C	E	C	C
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	E	E	C	C	E	C	E	E	E	E	C	C	E	E	E	E	C	C	E	E
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	C	C	C	C	E	C	C	E	C	E	C	E	E	C	E	C	E	E	C	E
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	E	E	E	C	E	C	C	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C	E
Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	C	C	C	E	E	C	E	E	C	C	E	E	C	E	C	E	E	C	C	E
Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	E	C	E	C	E	E	C	C	E	C	E	E	E	E	C	C	C	E	C



# MAIS DE 23 MIL CURSOS ONLINE PARA VOCÊ:

Estude quando quiser,  
para o cargo que quiser,  
na hora que quiser.

Seus estudos  
**do seu jeito.**

**G** GRAN CURSOS  
ONLINE

#VEM  
SER  
GRAN

**ASSINATURA  
ILIMITADA**  
PARA CONCURSOS E OAB **G**

#### **FACILITE SEUS ESTUDOS:**

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.

#### **TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:**

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.

#### **VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:**

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.

#### **TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:**

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.

#### **NÚMEROS GRANDES:**

milhares de alunos aprovados, mais de 1 milhão de questões, mais de 23 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.

#### **TUDO NA SUA MÃO:**

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | No horário de segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar em  
concurso público

# 15º SIMULADO – INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Ética

Glauber Soares

Considerando o disposto nos Decretos n. 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal) e n. 6.029/2007 (Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal), julgue os itens.

- 1 Consta como dever do(a) servidor(a) ser probo(a), demonstrando integridade de caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para a Administração Pública.

#### Errado.

Conforme o Decreto n. 1.171/1994, Seção II, Dos Principais Deveres do Servidor Público:

XIV – São deveres fundamentais do servidor público:

(c) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Desse modo, nem sempre o melhor para a Administração o será para o bem comum. Portanto, item incorreto.

- 2 É dever do(a) servidor(a) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público, sem necessariamente considerar as limitações, capacidades individuais de usuários(as) dos serviços públicos.

#### Errado.

De acordo com o Código, Seção II, Dos Principais Deveres do Servidor Público:

XIV – São deveres fundamentais do servidor público:

(e) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;

f) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;

g) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstando-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral.

- 3 João é servidor do INSS e conhece a existência de uma Comissão de Ética na instituição. Para além disso, identificou a constituição de uma Secretaria Executiva vinculada à mencionada Comissão. Diante disso, é correto ele afirmar que a Secretaria-Executiva é vinculada administrativamente ao Órgão de Gestão de Pessoas do INSS e tem por finalidade auxiliar a Comissão a cumprir o plano de trabalho e a prover o apoio técnico e material a seus membros.

#### Errado.

Conforme o Decreto n. 6.029/2007:

**Art. 7º.** Compete às Comissões de Ética de que tratam os incisos II e III do art. 2º:

§ 1º Cada Comissão de Ética contará com uma Secretaria-Executiva, vinculada administrativamente à instância máxima da entidade ou órgão, para cumprir plano de trabalho por ela aprovado e prover o apoio técnico e material necessário ao cumprimento das suas atribuições.

### Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 4 A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

#### Certo.

**Art. 5º, CF, XLIII** – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

- 5 É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

#### Certo.

**Art. 5º, CF, LXXIX** – é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. (Incluído pela Emenda Constitucional n. 115, de 2022)

- 6 São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

#### Certo.

**Art. 12.** São brasileiros: I – natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

- 7 Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos nesta Constituição.

**Errado.**

Ele é equiparado ao brasileiro naturalizado.

**Art. 12, CF, § 1º** Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

- 8 São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

**Certo.**

**Art. 14, CF, § 4º** São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

- 9 Lei ordinária estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

**Errado.**

**Art. 14, CF, § 9º** Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

- 10 A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**Certo.**

**Art. 37, CF, § 1º** A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

## Direito Administrativo

Raphael Spere

A respeito da teoria jurídica do controle a que se curva a Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 11 Considera-se exemplo de controle parlamentar a apreciação pelo Senado de recurso administrativo demandado em desfavor de decisão exarado por órgão do Executivo.

**Errado.**

O recurso administrativo é instrumento de provocação de controle administrativo, e não parlamentar. Cuida-se de gênero que abriga reclamações, representações, pedido de reconsideração, recurso hierárquico próprio e impróprio, bem como a revisão administrativa. Decorrente do direito de petição, permite a um interessado provocar a própria Administração a fiscalizar administrativamente seus atos (princípio da autotutela). Assim, o recurso administrativo recruta controle interno da própria Administração. Não representa técnica de controle de um Poder sobre o outro, como alude a questão (controle externo do Legislativo sobre o Executivo).

- 12 Ao sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, o Congresso Nacional exerce controle político de legalidade.

**Certo.**

Alternativa em conformidade com o inciso V do art. 49 da CF/1988, que traz clássico exemplar de controle legislativo parlamentar de legalidade. Nos termos do referido dispositivo:

**Art. 49.** É da competência exclusiva do Congresso Nacional:  
(...)

V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

- 13 É inconstitucional a lei estadual que impõe ao cidadão realizar depósito equivalente a um salário mínimo como condição de admissibilidade de recurso administrativo interposto contra decisão de Secretaria de Estado.

**Certo.**

O gabarito da questão é encontrado a partir do enunciado da Súmula Vinculante n. 21 do STF, cujos termos são os seguintes:

É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

Sobre as disposições contidas na Lei n. 9.784/1999 – Lei Geral de Processos Administrativos Federais, julgue.

- 14** A representação advocatícia imposta por lei aos interessados em processos administrativos está em harmonia com os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**Errado.**

Ao contrário do que afirmado, segundo a lei em apreço, o uso de defesa técnica por meio de advogado é facultativo, ou seja, é um direito que poderá ou não ser exercido pelo interessado no processo administrativo (não é imposto como alegado). Nesse sentido é o art. 3º, IV, do referido diploma legal, segundo qual:

**Art. 3º** O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

(...)

IV – fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

- 15** A interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, ainda que retroativamente, é um critério a ser observado nos processos administrativos.

**Errado.**

Por aplicação do princípio da segurança jurídica, o inciso XIII do § único do art. 2º da Lei n. 9.784/1999 esclarece justamente o contrário:

**Art. 2º.** A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, **segurança jurídica**, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

(...)

XIII – interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, **vedada aplicação retroativa de nova interpretação.**

- 16** A impulsão oficial do processo administrativo é decorrente do princípio da oficialidade.

**Certo.**

A Lei n. 9.784/1999 estatui em seu inciso XII do parágrafo único do art. 2º que os processos serão impulsionados de ofício, sem a necessidade de requerimento pelos interessados, graças ao princípio implícito da oficialidade. Nos termos do citado dispositivo:

**Art. 2º. (...)**

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

(...)

XII – impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.

- 17** Por força do princípio da gratuidade, é proibido exigir o pagamento de despesas processuais nos processos administrativos.

**Certo.**

Exatamente. Está implícito no inciso XI, parágrafo único, art. 2º, da lei em estudo, o mencionado princípio da gratuidade. Observe:

**Art. 2º. (...)**

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

(...)

XI – proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.

## Gramática Texto

Eliane Fontana

### TEXTO I

1 Hoje marcamos o Dia Nacional de Conscientização sobre as mudanças climáticas, uma luta que pertence a todos nós, sem nenhuma exceção!

5 Estamos percebendo em nosso dia a dia os reflexos dessas mudanças, com eventos extremos ocorrendo com maior frequência, trazendo mortes, destruição, prejuízos e impactos em nossas vidas.

Os maiores responsáveis pelas mudanças climáticas são os gases de efeito estufa, emitidos principalmente em decorrência da queima de combustíveis fósseis e o desmatamento.

10 Somos todos responsáveis para reverter esse cenário, e, para isso, devemos adotar práticas mais sustentáveis como hábito de vida, como uso de energia limpa, consumo de produtos e serviços de empresas que se preocupam e estejam agindo de forma sustentável, protegendo nossas florestas nativas e multiplicando essas ações

15 como influenciadores e formadores de opinião. Faça sua parte, adote práticas sustentáveis e nos ajude a preservar a biodiversidade das nossas florestas, evitando emissões de gases de efeito estufa e combatendo na prática as mudanças climáticas.

<https://www.savcerrado.org/dia-nacional-da-conscientizacao-das-mudancas-climaticas/>

Com adaptações.

Leia o texto I para responder aos itens 18 a 22.

- 18** A linguagem empregada no último parágrafo comprova que o gênero textual é um anúncio, pois o autor recorre à função apelativa a fim de persuadir o leitor.

**Errado.**

O gênero textual é uma notícia, ou seja, texto informativo, que circula, principalmente, nos meios de comunicação e que dispõe um tema atual de interesse de muitos. De fato, no último parágrafo, o autor lança uma tentativa de convencimento, entretanto não é suficiente para caracterizar a modalidade de texto como anúncio.

- 19 Infere-se das ideias do texto que há responsabilidade dos cidadãos em relação às mudanças climáticas vistas na atualidade.

**Certo.**

Inferir é trabalhar no campo das possibilidades. Conforme visto no parágrafo 4 “devemos adotar práticas mais sustentáveis como hábito de vida, como uso de energia limpa, consumo de produtos e serviços de empresas que se preocupam e estejam agindo de forma sustentável, protegendo nossas florestas nativas e multiplicando essas ações como influenciadores e formadores de opinião.”, o autor faz um apelo aos cidadãos, exatamente porque entende que eles têm participação no fato, logo é possível subentender que os cidadãos devem contribuir para a melhoria da problemática também.

- 20 No parágrafo 1, verifica-se um desvio na norma gramatical.

**Certo.**

Existe um erro na grafia de um termo. No lugar de “excessão”, deve-se escrever “exceção”.

- 21 No texto não há evidência de termos subjetivos, por se tratar de texto que segue o padrão formal da língua portuguesa.

**Errado.**

Existem várias evidências de subjetividade. Veja: “marcamos”, “estamos”, “devemos”...

O uso da 1ª pessoa do plural certifica subjetividade parcial, já que não contribui com as características que um texto formal exige. A regra é usar 3ª pessoa sempre que quiser indicar objetividade.

- 22 Na expressão “Faça sua parte”, último parágrafo, o sujeito gramatical da forma verbal é inexistente.

**Errado.**

O sujeito gramatical está subentendido, ou seja, é elíptico. “Faça (você) a sua parte.”


# Assinatura ILIMITADA 6.0


para concursos e OAB


**Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.**


A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional.

Assine AGORA a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a Assinatura Ilimitada 6.0 do Gran Cursos Online.


 **FACILITE SEUS ESTUDOS:**  
rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.

 **TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:**  
faça o *download* de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.

 **VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:**  
mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.

 **TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:**  
quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.

 **NÚMEROS GRANDES:**  
milhares de alunos aprovados, mais de 1 milhão de questões, mais de 23 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.

 **TUDO NA SUA MÃO:**  
só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!